

# Começar a construir

2 AGO 1995

O GLOBO

**NÃO** é por acaso que o Plano Real completou um ano com direito a festa e votos de longa vida: nenhum de seus antecessores teve desempenho igual e por tanto tempo.

A **EQUIPE** chefiada pelo presidente Fernando Henrique desde os tempos de ministro da Fazenda não tem a seu crédito apenas a montagem de um delicado e eficiente mecanismo de subjugação da inflação. Reconhecem-se nela seriedade e visão de longo prazo. E mais: invulgar capacidade de reconhecer erros de percurso (que não têm sido poucos) e buscar corrigi-los sem hesitação. É raro, no homem público, o talento desacompanhado da teimosia.

A **ÁGIL** administração do Plano Real, no entanto, não é tudo. Porque não basta ao Governo ser apenas bombeiro contra o incêndio da inflação. Precisa começar a construir. Ou seja, iniciar de vez a reorganização do Estado — obra definitiva que tem no controle da inflação apenas a indispensável etapa preparatória.

A **IDÉIA** de que é necessário reduzir consideravelmente a presença do Estado em determinados setores da vida nacional, e torná-lo bem mais eficiente em outros, foi um dos carros-chefes da campanha eleitoral de Fernando Henrique. Dando-lhe a vitória, a opinião pública indicou claramente que desejava a mudança profunda no perfil do Estado. Hoje, a proposta é dívida.

**ESTA** não pode ser paga apenas com um leque de emendas constitucionais que eliminem alguns dos mais evidentes equívocos da Carta de 1988. Tampouco se trata da meta simplista de acorrentar o Estado para impedir que atrapalhe o desenvolvimento nacional. Impõe-se, ao contrário, libertá-lo de vícios históricos — tanto o cartorialismo e o clientelismo seculares como o gigantismo exacerbado de décadas recentes. Em poucas palavras, fazer dele um austero servidor da Nação. Tão honesto quanto magro.

A **COMPLEXIDADE** da tarefa não justifica a timidez das iniciativas oficiais. Pelo contrário, torna-a razão de preocupação.

UM exemplo claro é o da reforma da previdência social. O projeto sobre a mesa é um grande band-aid: visa — e assim é explicado e defendido — a evitar um rombo financeiro que paralisaria de vez o sistema previdenciário. Está longe de ser reformulação profunda, destinada a criar novas formas de captação de poupança que financiem as aposentadorias dos níveis elevados da massa assalariada. No Chile, por exemplo, a reforma da previdência fez crescer em cerca de 33% o nível da poupança.

COM um alto nível de poupança, é possível ao Estado estruturar um sistema de pensões e benefícios que atenda eficazmente as áreas carentes. Esta, evidentemente, é uma descrição simplificada. Basta, no entanto, para revelar a profunda diferença entre uma solução tapa-buraco e outra, conseqüente com a redefinição de atribuições e po-

deres do papel do Estado na sociedade moderna.

UM segundo exemplo é o da reforma administrativa. Anuncia-se modificação conservadora, que apenas flexibiliza a estabilidade do servidor, admitindo-a em situações limitadas. Mais não seria necessário porque não há hoje excesso de pessoal na administração direta.

ACONTECE que o problema não é apenas de quantidade de funcionários; ele está na própria natureza do sistema. Enquanto este ficar fortemente apoiado no princípio da estabilidade, não haverá incentivo à eficiência e à dedicação — e o resultado continuará a ser a imagem clássica do burocrata brasileiro. A administração pública precisa aprender com a iniciativa privada que o bom servidor é aquele que tem na qualidade de seu desempenho a melhor garantia de permanência e progresso no emprego.

COM a eficiência estimulada, o Estado poderá avaliar realisticamente o tamanho de seus quadros. Tem poderosos motivos para desejar fazê-lo com urgência. Em três anos, a folha de pagamento da União subiu de 15 para 33 bilhões de dólares. Note-se que cerca da metade desse dinheiro é destinada a inativos, fatia que tende a crescer no total do bolo.

NO campo dos recursos financeiros, até hoje não se fala em reforma fiscal, que incluiria tanto o enxugamento de despesas como a renovação na estrutura tributária. Anuncia-se apenas esta segunda parte, e mesmo assim o Governo ainda não deu sinal de realmente saber para onde vai. Aparentemente, quer mexer na divisão, com estados e municípios, do bolo dos impostos, e sonha com o impossível: fazer com que governadores e prefeitos engulam a perda de autonomia que viria automaticamente com uma recentralização da arrecadação.

A **TIMIDEZ** estratégica, o Executivo soma grave erro tático. Tem usado o recurso — transparente no caso da reforma tributária — de lançar uma barragem de balões de ensaio, antes de se comprometer com esta ou aquela fórmula. Não é prática nova, mas só costuma dar certo quando apedrejados são os balões, não o baloeiro. Se é isto que acontece, deveria estar piscando uma luz vermelha no Palácio do Planalto: a opinião pública está insciente.

É **IRÔNICO**, de resto, que mesmo as propostas modestas, como são as relativas à previdência e à administração direta, têm despertado reações violentas (e certamente injustas) de grupos e setores supostamente prejudicados. A grita dificilmente seria maior se os projetos do Governo tivessem a audácia e a profundidade realmente necessárias.

O **PRESIDENTE** ainda tem consideráveis reservas de crédito junto à opinião pública. E não está particularmente enfraquecido no Congresso. Deve isso a seus méritos. O capital que começa a lhe faltar é o tempo, o único cujas reservas são irrecuperáveis.